



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**O ABORTO DOS HOMENS: LIMITES DA PARTICIPAÇÃO
MASCULINA NA DECISÃO SOBRE O ABORTO VOLUNTÁRIO**

Marcela Boni Evangelista*

Para abordar o tema do aborto é necessário considerar uma série de questões que permitam reconhecer suas variações objetivas, as percepções que se tem acerca do assunto e os desdobramentos possíveis no terreno da prática social. A reflexão sobre tais elementos deve ser feita, por sua vez, a partir de uma perspectiva histórica. Afinal, para além da situação propriamente dita, ou seja, a existência do aborto na história da humanidade, partimos de um contexto específico, a realidade brasileira no século XXI. Neste sentido, a análise dos significados conferidos ao aborto deve contemplar necessariamente uma perspectiva histórica, a qual poderá iluminar os posicionamentos encontrados e permitirá explorar um campo temático ainda pouco estudado.

A base do estudo proposto tem como ponto de partida a experiência vivida a partir de narrativas coletadas com os procedimentos específicos da história oral de vida (MEIHY, 2005, 2007). As entrevistas realizadas serão organizadas em redes de colaboradores que inicialmente possuem a seguinte divisão: mulheres e homens que vivenciaram a experiência do aborto e mulheres e homens que, independente de o terem experienciado em suas trajetórias, se posicionam publicamente sobre o assunto. No primeiro caso, será utilizado o recurso das histórias de vida anônimas (MEIHY &

* Doutoranda em História Social – USP. Pesquisadora NEHO-USP

RIBEIRO, 2011), com a subtração das características que identifiquem os entrevistados. Em ambos os casos, os textos finais das narrativas produzidas passarão pelo processo textual da transcrição (CALDAS, 1999; MEIHY, 2005, 2007, 2011; EVANGELISTA, 2010).

Na pesquisa que inspira o presente artigo, pretendemos abordar o tema do aborto voluntário, também denominado provocado ou induzido. Esta escolha está intimamente relacionada com os objetivos do trabalho, o qual propõe contemplar a ideia do aborto enquanto escolha e opção para mulheres e homens na contemporaneidade. Além disso, pretendemos considerar os diferentes posicionamentos sobre a questão. A análise sobre os relatos tem como finalidade identificar os significados simbólicos e históricos sobre o tema, bem como oferecer novos instrumentos para a discussão pública que se coloca.

ABORDAGEM DE GÊNERO

Há várias formas de se abordar a temática do aborto, ainda que desde o princípio se tenha claro o recorte entre seus tipos possíveis. No caso dos abortamentos voluntários ou induzidos, as pesquisas podem partir tanto de aspectos quantitativos quanto qualitativos, envolvendo diferentes áreas do conhecimento. Saúde, Direito, Educação, Psicologia, História, Antropologia, Sociologia, Jornalismo estão dentre os campos em que o assunto tem ganhado atenção.

A maior parte dos estudos tem as mulheres como principal foco de atenção. E isto não sem motivos, já que falamos a partir de uma sociedade em que o assunto há algumas décadas faz parte da agenda de movimentos feministas, sobretudo, quando se trata da defesa do direito ao aborto seguro. Da mesma forma, as mulheres são centrais nas considerações de movimentos contrários à prática, com destaque para os de caráter religioso¹.

As mulheres serem o centro da atenção nesta discussão é algo ainda amparado por elementos de teor físico e psicológico que, como demonstram diversas pesquisas, refere-se a um problema socialmente abrangente de saúde pública e que afeta

¹ É importante destacar que a reflexão que envolve os direitos reprodutivos e sexuais, entre os quais a problemática do aborto, com relação a aspectos religiosos é, além de fundamental importância para sua compreensão, algo que precisa ser abordado com mais cuidado e profundidade. A fim de que se evitem elaborações superficiais e unicamente baseadas em considerações do senso comum, fica aqui registrada a intenção em discutir o tema mais detidamente no decorrer do estudo em andamento.

indiscutivelmente a subjetividade das mulheres.

Contudo, cada vez mais pesquisadores têm ampliado seu escopo a partir do referencial de gênero, o que implica necessariamente a abordagem dos posicionamentos dos homens e os discursos produzidos por estes. (VENTURI & GODINHO, 2013). Além das imagens e discursos veiculados publicamente, seja através da mídia ou de grupos organizados, nota-se a preocupação em trazer o assunto para uma discussão mais abrangente.

O ABORTO ENQUANTO EXPERIÊNCIA COMPARTILHADA

A intenção deste artigo é fugir das análises do senso comum que, apesar de sua relevância, carecem de elementos que permitam pensar o tema do aborto a partir de uma experiência compartilhada.

Por experiência compartilhada entendemos se tratar de situação que para se efetivar depende necessariamente da ação de ao menos duas pessoas - independente de suas reações às consequências - e que são responsáveis identicamente por seus desdobramentos.

Uma gravidez, seja planejada ou inesperada, exceto casos menos frequentes de fertilização em laboratório, depende de uma mulher e um homem, em muitos casos parceiros de relacionamento afetivo. Se assim consideramos, uma gestação e suas consequências estão vinculadas a estas duas partes, incluindo as decisões por levar ou não adiante a gravidez².

O que nos coloca em posição de perguntar: a decisão pelo aborto diz respeito somente à mulher?

Para formular esta reflexão, nos pautaremos em aspectos relativos preponderantemente a mudanças notáveis na sociedade contemporânea quando o assunto é o papel assumido e imposto aos homens e mulheres no que diz respeito à maternidade/paternidade e suas implicações, bem como ao imaginário que cerca tais atribuições no seio da sociedade.

² Apesar de indiscutivelmente instigante, discussões acerca de gestações que se utilizam de tecnologias reprodutivas não serão aqui objeto de nossa atenção. É, contudo, elemento que complexifica importantes noções de maternidade e paternidade que serão oportunamente abordadas nesta pesquisa. Sobre o assunto, ver o artigo de Marilyn Strathern, *Necessidade de Pais, Necessidade de Mães*.

PATERNIDADE E MATERNIDADE: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA

As experiências da maternidade e da paternidade certamente são diversas não apenas na essência, mas no que se espera de cada parte quando do nascimento dos filhos. O mesmo sendo possível dizer quando o assunto é decidir por tê-los ou não.

O tema da maternidade, por não ser o assunto principal desta análise, não será aprofundado. Procuraremos nos debruçar justamente sobre o lado complementar desta situação, que tem na paternidade seu centro de atenção.

Neste sentido, vale fazer uma viragem histórica a fim de melhor compreender as transformações que ocorreram tanto nos sentidos atribuídos à palavra “pai” quanto aos papéis socialmente desempenhados pelos homens-pais. De acordo com Priore (2014):

Modelada por múltiplas circunstâncias econômicas, culturais e sociais, a sensibilidade do genitor diante dos filhos não foi a mesma ao longo do tempo. Suas funções e imagem também se modificaram. A começar pelo sentido da palavra “pai”. (PRIORE, 2014, p.154)

A referência ao universo do sagrado religioso é ponto importante, pois confere ao pai autoridade e superioridade. Contudo, a experiência cotidiana e a ausência tantas vezes observada desta personagem no seio familiar são desencadeadoras de novos sentidos que vão, ao longo do tempo, demonstrar sua historicidade.

O termo paternidade, em nossos dias, suscita uma série de imagens e situações, que demonstram que, assim como a maternidade, trata-se de mote para múltiplos significados. Um deles, provavelmente dos mais insistentemente veiculados pela mídia, diz respeito ao dilema da paternidade, ou seja, à dúvida sobre ser ou não o pai em situações que sugerem adultério ou oportunismo, no último caso envolvendo não raramente pessoas públicas.

Testes de DNA em redes de televisão são exemplares quando se trata deste aspecto. Tais circunstâncias denotam papel inferiorizado às mulheres envolvidas. A despeito dos graves problemas desencadeados pelo tipo de imagem veiculada sobre as mulheres, cabe-nos refletir o que a sociedade cobra dos homens envolvidos. Posicionamento tão somente relacionado a elementos oficializantes, como o registro dos filhos em cartório. Isto não implicando necessariamente em outros pontos referentes aos

cuidados das crianças nascidas ou não destas situações, o que fica claramente exposto quando os casos são solucionados.

O registro social, por sua vez, implica em atribuições financeiras e, em alguns casos, éticas exigidas dos homens acionados para a confirmação da paternidade. Ter filhos, nestes casos, significa agregar a suas responsabilidades os custos relacionados à criação dos mesmos, gerando em algumas ocasiões penas judiciais relativas ao não pagamento de pensões alimentícias.

Porém, não é somente nos casos de dúvida da paternidade que o mesmo compromisso é cobrado dos homens-pais. Os inumeráveis divórcios, em quem geralmente a guarda dos filhos recai sobre as mães, são sintomáticos nesta questão. As mães em geral dependem deste auxílio e a cobrança, ao que tudo parece, contraria a sensação de impunidade comum à nossa sociedade, uma vez que é popularmente reconhecido que uma infração que "dá cadeia" é não pagar a pensão alimentícia.

Fica clara a ideia historicamente enraizada de que o papel do pai é o de "dar o nome" ao filho e de contribuir para o seu sustento.

O pai foi, durante séculos, um mecanismo fundamental de estruturação de famílias, principalmente de seu poder. Ele era um eficiente mecanismo de articulação da família com o Estado e a Igreja. Ele representava uma genealogia, um nome e o sangue, e, em muitos casos, a influência política de famílias, reunidas em torno de um patriarca mais forte ainda. E, mesmo nas famílias pequenas ou reduzidas, ele era a voz do comando. (PRIORE, 2013, p.158)

A ideia de cuidado passa longe dos olhares que cercam a responsabilidade dos pais unicamente como agentes provedores, tão afeita à concepção patriarcal. Remando contra a maré, surgem novas concepções sobre ser pai, as quais têm sido bem aproveitadas pela mídia, que oportunamente aponta funções tidas como inéditas aos homens-pais. A mais importante delas relacionada à ideia de cuidado. Afinal, quem tem a responsabilidade pelo cuidado dos filhos? Quem é, de fato, capaz de exercer a função de cuidador? Alimentar, instruir, repreender, enfim, educar, é uma atribuição da mãe exclusivamente? O pai tem condições de desempenhar a mesma função que secularmente foi condicionada às mulheres-mães?

Evidentemente, o cuidado dos filhos é algo que pode ser desempenhado por qualquer um dos genitores ou mesmo por terceiros, uma vez que cuidado requer atenção e dedicação, o que independe de questões fisiológicas. Entretanto, lidamos com um

imaginário que desde muito tempo vem reforçando a noção de que cabe à mãe naturalmente o desempenho de tal papel.

O compartilhamento dos cuidados dos filhos cada vez mais tem sido motivador de novas funções destinadas aos homens-pais, seja em situações onde o casal vivencia relacionamento afetivo ou quando os pais são separados. É possível verificar o aumento das guardas compartilhadas ou mesmo do requerimento de guarda exclusiva pelos homens-pais, o que aponta para mudanças expressivas. O que estas ações podem significar?

Inicialmente, podemos sugerir que correspondem às novas exigências sociais, centradas no cuidado e na educação dos filhos. A ideia de “pai presente” denota o quanto novas atitudes são reflexos possíveis desta situação. Não é algo novo ouvirmos da parte de mulheres quando inquiridas sobre os problemas na relação afetiva, queixas sobre ausência do parceiro no que diz respeito às tarefas domésticas, principalmente nos cuidados dos filhos pequenos. Logo após o nascimento dos bebês, as ações necessárias para garantir seu cuidado e proteção geralmente recaem sobre as mulheres-mães. Não é por acaso que nos inúmeros comerciais de produtos voltados para bebês, protagonizam as cenas mulheres e crianças. O pai somente agora está sendo trazido para tal cenário e ainda de modo muito discreto.

A tal “presença” do pai também é comum nos discursos de casais separados, quando as mães reiteram a necessidade de uma maior participação dos homens na criação dos filhos, uma vez que na grande parte das vezes sua atuação se restringe aos momentos escassos em que ficam com os filhos, o que acontece esporadicamente e não requer a continuidade desta participação. Há também uma concepção ainda arraigada de que cabe ao pai maior rigidez nas cobranças e sanções aplicadas aos desmandos dos filhos.

Se é certo que conhecemos as queixas e justificativas das mulheres, expressas em muitos veículos de comunicação, mas também em pesquisas acadêmicas, não podemos dizer o mesmo sobre os motivos e versões dos homens-pais. O que sentem ou verbalizam os homens que vivenciam e compartilham estas experiências?

É significativa a investida das pesquisas recentes de incluir a opinião dos homens acerca de tais temas, porém em sua grande maioria tratam-se de análises quantitativas que procuram contabilizar as mudanças ou permanências percebidas, sobretudo, nas últimas décadas. Entretanto, as motivações e justificativas mais profundas somente são

possibilitadas a partir de estudos que se debruçam sobre trajetórias de vida, a partir das quais ficam mais claros os processos por que estamos passando na atualidade.

Se aceitamos o fato de que há novas cobranças sociais sobre os homens-pais, é sugestivo reconhecer, neste âmbito, o favorecimento de atitudes antes vistas como estranhas aos homens, como a demonstração de afeto tanto no espaço privado quanto no público com relação aos filhos.

O afeto como característica das relações entre homens-pais e seus filhos e filhas remonta em nossa história ao século XIX. Momento marcado pela emancipação política do país, foi também espaço de investidas no sentido de acompanhar aspectos “modernos” das sociedades europeias. Exemplo disso, na esfera doméstica, é a transferência da responsabilidade do ensino, antes protagonizado pelo pai, para a figura do mestre ou professor. “O pai deixava de ser a única fonte de conhecimento. Mas tal clivagem também colocava, no lugar de obrigações e constrangimentos, o apego voluntário e livremente consentido ao genitor.” (PRIORE, 2013, p.169)

Nos dias atuais, ver homens-pais trocando fraldas, dando banhos e alimentando os filhos, - atividades até pouco tempo consideradas impróprias - não causa tanto estranhamento. Mas, o que pensam os homens-pais acerca do assunto? A “voz do pai”, sobre este aspecto, é inaudível. O que permanece é o imaginário da masculinidade que contradiz esses posicionamentos e coloca à mercê de críticas, mas também de elogios, os homens-pais que passam a se dedicar a tarefas que hoje se vinculam ao “ser pai”.

Hoje, os pais não ocupam – ou não desejam ocupar – um papel de puro autoritarismo. Gritos e ordens não funcionam mais como reguladores do equilíbrio familiar. Apenas denunciam um indivíduo violento, contra o qual existem sanções. O papel do pai, ao contrário, é tornar possível o encaminhamento da criança, desde sua realidade biológica de pequeno ser vivo, até a maturidade e sua integração social. De preferência com responsabilidade e afeto. Mesmo sua função econômica se reduziu, graças ao trabalho feminino e ao salário da mãe. (PRIORE, 2013, p.182)

O ABORTO COMO QUESTÃO MASCULINA

A partir das considerações acerca das transformações do papel social dos homens, o que dizer de sua participação quando a questão é decidir sobre ter ou não um filho?

A decisão por realizar um aborto tem sido referenciada a uma agência eminentemente feminina, afinal é no corpo da mulher, na sua vida e nas suas atividades cotidianas que a maternidade representaria mudanças drásticas o suficiente para que tal decisão coubesse apenas a ela.

Entretanto, da mesma forma que é pertinente a crítica a respeito da criminalização da mulher que aborta, mas da qual é cobrada toda ou quase toda a responsabilidade sobre a criação e educação dos filhos, precisamos nos voltar para as características do momento em que vivemos. Momento este em que notamos significativa transformação das atribuições até então direcionadas aos homens-pais. Estes mesmos homens que devem se responsabilizar pelos cuidados dos filhos e não mais somente por seu sustento e atenção financeira, por sua vez, seriam desprovidos do direito de decidir quando o assunto é abortar uma gravidez inesperada ou indesejada? Até que ponto não estaríamos cometendo o mesmo equívoco que tanto nos inspira a defender a agência da mulher que escolhe interromper uma gestação ao desqualificar o papel do homem neste momento que envolve uma experiência compartilhada?

Para desenvolver o assunto, faremos o caminho inverso ao de muitos estudos e buscaremos na voz de homens que vivenciaram a experiência do aborto elementos que nos permitam refletir sobre não apenas suas opiniões, mas suas sensações e visões de mundo quando se trata desta decisão.

Nossa fonte documental é parte do *corpus* da pesquisa de doutorado em andamento “O aborto em questão: moral, subjetividade e direitos”, desenvolvida no programa de pós-graduação em História Social da FFLCH-USP. Basearemos nossa reflexão em entrevistas realizadas com dois colaboradores. Por se tratar de um estudo em andamento, apresentaremos alguns resultados parciais que, apesar de suas limitações, nos ajudam a iluminar um aspecto ainda pouco nítido quando tratamos do tema do aborto: os limites da participação masculina.

Para fazê-lo, apresentaremos sucintamente os perfis dos dois colaboradores e um resumo de suas experiências narradas durante as entrevistas, garantindo seu anonimato. Procuraremos ressaltar alguns aspectos que nos pareceram relevantes na construção do discurso, tais como: a situação compartilhada da gravidez, a decisão pelo aborto e sua participação na decisão, além da relação estabelecida com suas mães e pais respectivamente.

BRUNO

Quando da descoberta da gravidez, Bruno e sua companheira viviam um relacionamento estável, embora repleto de adversidades relacionadas ao local onde moravam, longe da família de ambos, e também financeiras, já que os dois apresentavam instabilidade com relação ao trabalho.

A decisão pelo aborto não apresentou grandes divergências. A companheira de Bruno estava decidida pela interrupção da gestação, situação à qual o companheiro não apresentou qualquer questionamento, inclusive participando ativamente do processo pela procura dos meios adequados para realizar a intervenção médica mais apropriada. Para Bruno a opção pelo aborto se coloca como uma das possibilidades, influenciada sobremaneira pelas condições objetivas vivenciadas pelo casal. Apesar disso, para ele é da mulher a decisão, uma vez que considera ser um direito desta optar por ter ou não um filho fruto de uma gravidez não planejada. Sua relação com a militância aparece como elemento que reforça o respeito pela decisão da mulher e pelos direitos sexuais e reprodutivos que envolvem tais escolhas.

A história de Bruno revela uma relação conturbada com a mãe, mas também envolta de admiração. Bruno é o filho mais velho de três irmãos, sendo ele o único do seu pai. A gravidez tendo ocorrido durante a adolescência de sua mãe, à época solteira, resultou na expulsão da garota então grávida de casa. O aborto, ainda que fosse uma opção, foi recusado pela mãe de Bruno, que acabou por vivenciar uma experiência de maternidade bastante adversa. O relacionamento seguinte de sua mãe, com um homem violento e com quem Bruno nunca tivera bom convívio, fez com que muito jovem procurasse se ausentar tanto quanto possível do convívio familiar. Daí que a busca pela independência financeira também o direcionou para o interesse pelos estudos e pela militância política que, tempos depois, o levou a viver em outro estado. Antes disso, contudo, sua relação com a mãe se transformara e, de evidente crítica, passou à admiração e por uma aproximação, ainda que não física. Bruno conversa frequentemente com a mãe por telefone e se sente mais próximo dela hoje. Mas até o momento, não contou a ela sobre a experiência do aborto da companheira, demonstrando receio com relação a sua opinião.

Bruno conhecia seu pai, com quem teve alguns momentos de convívio. Porém, em seu registro de nascimento está a condição de “pai desconhecido”. Embora tivesse conhecimento de alguma ajuda dispensada pelo pai a sua mãe, conta que ele era um homem de posses na cidade onde nascera e também que ele tivera filhos com outras mulheres, assim como sua mãe, fora do casamento. Os poucos momentos compartilhados com o pai se tornaram ainda mais raros após a infância, sendo que conta ter tido conhecimento da morte do pai somente algum tempo depois do ocorrido. Ele diz não guardar ressentimentos, mas afirma que seu posicionamento com

relação à paternidade e à decisão pelo aborto da companheira tem a ver com essa experiência, que mistura a vontade de ser pai com a responsabilidade que a condição reserva, à qual não gostaria de repetir os equívocos cometidos pelo seu próprio pai.

FERNANDO

A situação de Fernando com relação a sua companheira quando descobriram a gravidez não planejada era marcada, segundo sua narrativa, por um momento bastante intenso afetivamente. Entretanto, tal condição não correspondia à estabilidade do relacionamento, já que os dois vivam não somente em casas separadas, mas em bairros distantes, o que resultava em encontros frequentes, porém não configurava a divisão de espaços e rotinas. A felicidade de Fernando com relação à notícia da gravidez, por sua vez, não era compartilhada por sua companheira, que desde o início se mostrou bastante preocupada e incomodada com os resultados daquela situação.

Assim como a notícia da gravidez foi uma surpresa para Fernando, também o foi o conhecimento do aborto. O que chama atenção especialmente neste caso é que a parceira do colaborador informou a situação como sendo a de um aborto espontâneo, o que foi imediatamente alvo de desconfiança por parte de Fernando. A circunstância da notícia – um telefonema avisando que estava hospitalizada, mas evitando a presença do companheiro no processo – e o histórico de desconfiança que envolvia a relação de ambos, foi elemento decisivo para que Fernando jamais acreditasse na versão de sua parceira. Para reforçar sua hipótese, ele nos narra uma sequência de evidências que, para ele, eram suficientes não apenas para a existência da dúvida, mas para acreditar ter certeza de que o aborto havia sido provocado.

Para Fernando, o aborto é opção recusada veementemente. Para argumentar sua posição, lança mão de elementos religiosos, como o de pecado, e jurídicos, como o de crime. Para ele importa pensar no direito à vida daquele que foi concebido mais do que em uma decisão da mulher ou do homem sobre o futuro de suas trajetórias individuais.

Fernando é o segundo filho de quarto irmãos, todos do mesmo relacionamento. Seus pais têm considerável diferença de idade e sua mãe teve o primeiro filho ainda adolescente, aos 17 anos. A infância marcada por momentos difíceis também foi de percepção sobre a presença/ausência da mãe, que embora se debruçasse sobre os cuidados dos filhos, sempre precisou trabalhar muito para garantir seu sustento. O relacionamento dos pais nunca foi considerado harmonioso, culminando com sua separação quando Fernando tinha cerca de 20 anos. Diferente de muitos casos, o fim do relacionamento se deu com a mudança de casa da mãe, que levou consigo apenas o filho mais novo. A decisão da mãe, conforme mostra a narrativa do colaborador, teve

significados profundos ligados à ideia de abandono, o que repercutiu em mágoas e questionamentos. A situação atual, no entanto, é do retorno da mãe e da mudança de casa do pai, que vive outro relacionamento.

Para Fernando, a presença do pai sempre foi marcada por certo distanciamento. Embora vivessem na mesma casa, não tinham uma convivência afetuosa. O respeito pelo pai se dava tanto por sua postura autoritária quanto por suas responsabilidades enquanto provedor. Após a separação dos pais e, mais adiante, a mudança de casa do pai, sua relação se tornou ainda mais distante, porém não ausente de preocupações e carinho, de modo que até hoje busca ter notícias de sua saúde, já debilitada, e promover encontros que, contudo, não são frequentes.

INTERPRETAÇÃO E HISTÓRIA ORAL

Uma vez que nos apoiamos no referencial teórico da história oral, que tem como base documental narrativas produzidas pelos colaboradores em situação de entrevistas de história de vida, cabe-nos elaborar uma interpretação que considere tais fontes em diálogo com a produção bibliográfica relativa aos temas que se mostram pertinentes.

Neste sentido, foram elencados eixos temáticos a partir dos quais buscaremos compreender as representações evidenciadas nos discursos. Temos como ponto de partida as histórias de dois colaboradores, cujas trajetórias apresentam similaridades e diferenças. Consideramos que estes pontos norteiam seus posicionamentos com relação ao tema do aborto, centro de nosso estudo.

Bruno e Fernando fazem parte de uma mesma geração e, portanto, compartilham de referenciais simbólicos concernentes à maternidade e à paternidade que são semelhantes. Também vivenciaram em momento da vida adulta a experiência do aborto de suas companheiras. Ambos demonstraram a vontade de serem pais, porém suas posturas sobre o aborto são inteiramente diversas. Tentemos entender os motivos, inferidos a partir de suas distintas vivências.

Suas trajetórias pessoais e familiares apresentam diferenças substanciais que se mostram decisivas quando o assunto é seu posicionamento sobre o aborto. No caso de Bruno, sua posição favorável pode estar relacionada à própria experiência com os pais. Ter sido criado somente pela mãe e, desta forma, ter vivenciado todas as dificuldades que esta enfrentou por levar adiante uma gravidez não planejada ainda na adolescência é relevante ao considerarmos sua concordância com a opção pelo aborto da companheira.

O respeito pela decisão da mulher com relação ao seu corpo e seu destino estaria, assim, ligada ao que poderia ter sido a vida de sua mãe, caso tivesse tido uma decisão diferente.

No caso de Fernando, cuja opinião é contrária à prática do aborto, podemos sugerir ser esta pautada também em sua experiência de vida, marcada por um convívio com os pais que fugia ao ideal de família, mas que teve na figura da mãe a mulher que, apesar das adversidades, concebeu e criou os filhos. Daí a maior dificuldade em aceitar, por parte de sua companheira, à época da gravidez não planejada, a decisão pelo aborto.

CONCLUSÃO

Verificamos a necessidade de abordar o discurso masculino quando o assunto é o aborto, o que corresponde à ampliação do escopo dos estudos que utilizam a categoria de gênero. Para além disso, importa considerar as transformações no ideal de paternidade que vem sendo construído nas últimas décadas e tem desvendado novos olhares e posturas por parte dos homens acerca de assunto até então tido como eminentemente feminino.

Estudos que se amparam em dados quantitativos promovem novas configurações sobre o papel dos homens na contemporaneidade, favorecendo a elaboração de políticas públicas e assistenciais que buscam contemplar de forma mais abrangente os agentes históricos e sociais. Contudo, o que os números não revelam, como a subjetividade masculina, a permanência de velhas estruturas do imaginário social, assim como a evidência das transformações mais recentes somente são possíveis quando se dá ouvidos a estes discursos. Certamente carregados de elementos histórico-culturais compartilhados socialmente mas, sem dúvida, envoltos de elementos de ordem individual.

Neste sentido é que teorias e procedimentos voltados para as histórias de vida nos permitem atingir nível mais íntimo, em que os indivíduos têm liberdade de elaborar suas narrativas embasadas nas referências e argumentos que lhes são pertinentes.

Fazendo o caminho inverso (se num primeiro momento os dados fomentam a busca por discursos), buscamos partir das histórias de vida para interpretar o que estes discursos carregam de coletivo. De que forma as histórias de Bruno e Fernando servem de referente para tantos outros Brunos e Fernandos? Cada qual certamente com suas particularidades, mas com motivações, dúvidas e certezas que se repetem. A identificação que emerge das histórias não apenas comove, mas confere novos elementos compartilháveis que podem promover diferentes posicionamentos e suscitar discussões

atentas às necessidades que contemporaneamente versam sobre o aborto e tantos outros temas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDAS, Alberto Lins. Transcrição em história oral. *NEHO-HISTÓRIA: Revista do Núcleo de Estudos em História Oral*. São Paulo: NEHO-USP, 1999.

EVANGELISTA, Marcela Boni. Transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista. *Oralidades*. n.7, Jan-Jun/2010. São Paulo: NEHO, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. *História Oral. Como Fazer. Como Pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia Prático de História Oral*. São Paulo: Contexto, 2011.

PRIORE, Mary Del. AMANTINO, Marcia. *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ, v.3 n.2/95, 1995.

VENTURI, Gustavo. GODINHO, Tatau. *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Públicos e Privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.

